

O governo Quércia esqueceu a educação

Embora o Estado de São Paulo seja a unidade mais rica da Federação, a única que não depende da União para custear seus investimentos em infraestrutura, o sistema educacional oficial está vivendo hoje um período de caos generalizado. Vitima da omissão do atual governador, mais preocupado em destinar recursos para empreendimentos de rendimento eleitoral mais rápido do que em enfrentar os problemas mais graves e mais urgentes, a rede oficial de ensino de 1º e 2º grau apresentou este ano um déficit de pelo menos oito mil salas de aula.

Como a imprensa noticiou recentemente, em 1989 o governo estadual não construiu uma única sala de aula no Estado, motivo pelo qual milhares de crianças ficarão sem poder frequentar escolas públicas, em 1990. A situação é tão caótica que o próprio secretário da Educação, deputado Wagner Rossi, já anunciou um plano de emergência que prevê a construção de 1.200 salas de alvenaria, em caráter "emergencial", e de 500 salas em "madeirit" ao lado dos conjuntos habitacionais construídos ao longo destes últimos anos — e que ainda não contam nem mesmo com uma rede de esgoto.

Este fato ilustra bem o desprezo de nossos governantes por obras que não rendem votos. Desde a sua posse no Palácio dos Bandeirantes, o governador Orestes Quércia reduziu a fatia orçamentária do setor educacional oficial — de 30,4% do orçamento estadual, em 1987, esse setor passou a receber somente 26,6% no ano seguinte. O resultado dessa decisão, evidentemente, que penaliza as crianças das famílias de baixa renda, não poderia ser outro: além do déficit de salas de aula, num total aproximado de um milhão de matrículas, os colégios estaduais encontram-se hoje em condições físicas degradadas, por falta de recursos para sua manutenção regular. Na maioria deles, as janelas e os banheiros estão quebrados; faltam equipamentos e livros; e também não há servidores administrativos em número suficiente para manter as escolas em funcionamento, ainda que precário.

Além disso, o próprio corpo docente encontra-se desmotivado, por causa dos baixos vencimentos pagos pelo governo estadual. Um professor da rede estadual pública de 2º grau está recebendo no início de sua carreira, por uma jornada de oito horas de trabalho diário, uma quantia equivalente a 197 dólares mensais, ao câmbio oficial. É este baixíssimo vencimento que explica a falta, oficialmente reconhecida pelas autoridades, de pelo menos dezessete mil professores para o ensino público paulista. E também é por esse mesmo motivo que, ao longo deste ano, o professorado estadual promoveu a mais tensa e longa greve de sua história — cerca de dois meses e meio de paralisação total de aulas e de serviços administrativos, como forma de protesto contra o atual inquilino do Palácio dos Bandeirantes.

Para tentar livrar-se de um setor administrativo que não rende votos, mas que exige muita responsabilidade, o governador Orestes Quércia optou, há alguns meses, pela "municipalização" do ensino público. O objetivo dessa estratégia é transferir para as prefeituras as tarefas de construção e manutenção das escolas, por meio de verbas repassadas pelo Estado. Especialistas denunciaram o equívoco dessa medida, alegando que ela ampliará os gastos com atividades-meio em detrimento das atividades-fim, os professores estaduais denunciaram o seu caráter demagógico e as próprias prefeituras não se mostraram entusiasmadas a aceitar o convênio-padrão oferecido pelo governo estadual, sob o argumento de que não dispõem de garantias suficientes de que as verbas serão repassadas com regularidade e a partir de critérios técnicos. Além disso, vários prefeitos chamaram atenção para o risco de um repasse determinado por critérios exclusivamente partidários e eleitorais — risco esse que acabou sendo publicamente confirmado pelo próprio secretário da Educação. "O governo poderá fazer política na hora de distribuir verbas" — disse o deputado Wagner Rossi, por ocasião do lançamento solene do plano de municipalização do ensino de 1º e 2º grau.

Portanto, quando se toma conhecimento de que a clientela escolar paulista cresce a uma média de 300 mil novas matrículas por ano e de que apenas um entre cada cem alunos da rede estadual chega à Universidade, torna-se possível duvidar da democratização de oportunidades implícita na idéia de Escola Pública entre nós. Os efeitos concretos desse ciclo perverso formado pela irresponsabilidade governamental, pela incompetência na gestão de um setor que não rende dividendos eleitorais e pela tradicional política de clientela acarretam, em termos práticos, a exclusão de parcelas significativas das novas gerações do acesso à emancipação cultural e intelectual.